

Origens sociais e destinos educacionais no acesso à USP pelo vestibular da FUVEST¹

Autora: Carolina Bueno Stefani²

Orientação: Prof. Dr. Murillo Marschner

Resumo:

Este trabalho se situa na discussão clássica da agenda de pesquisas em estratificação educacional: a associação entre origens sociais e destinos educacionais, principalmente no que se refere às mudanças nos mecanismos de acesso à universidade pública no Brasil e aos possíveis efeitos do processo de expansão da Educação Superior na estrutura de oportunidades e desigualdades do ingresso de pessoas no Ensino Superior. O objetivo é realizar uma análise sobre o acesso à universidade pública, mais especificamente no caso da Universidade de São Paulo, que, desde 2007, vem implementando um conjunto significativo de transformações nos mecanismos de acesso a partir de políticas de ação afirmativa, em especial no acesso via FUVEST. Utilizando A) dados de acesso público e; B) dados provenientes de questionários socioeconômicos aplicados a candidatas e candidatos inscritos e matriculados no vestibular organizado pela FUVEST entre 2019 e 2023 – período em que a Universidade de São Paulo passou a adotar reserva de vagas pela FUVEST –; temos por objetivos específicos A) analisar a variabilidade na origem social de candidatos e candidatas ao longo do tempo, e a variação no efeito das origens para o mesmo período e; B) a estratificação horizontal no acesso às diferentes áreas e por diferentes modalidades de acesso. É um projeto em andamento, mas resultados preliminares indicam um processo de democratização do acesso à universidade em relação à trajetória no Ensino Médio e em termos raciais.

¹ Paper elaborado a partir do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, intitulado “Estratificação horizontal no acesso USP: um estudo comparativo sobre a FFLCH/USP” (Processo FAPESP 2023/06996-2), e vinculado ao projeto “Expansão com Equidade? Origens sociais e destinos educacionais no acesso ao ensino superior no Brasil” (Processo FAPESP 2022/03165-0) do Prof. Dr. Murillo Marschner.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

1. Introdução

A educação pode ser vista como um dos principais mecanismos organizadores da sociedade moderna e potencial fator para a mobilidade social (Marschner, 2017). É partindo dessa premissa que os estudos de estratificação educacional entendem o sistema escolar enquanto responsável pela “seleção social e socialização dos jovens” (Silva, 2003, p. 105), e buscam entender como a sua passagem por esse sistema é afetada pela sua origem social. Dessa forma, os estudos sobre desigualdade educacional são importantes meios de entender estruturas de desigualdades como um todo, lidando com maneiras pelas quais elas tendem a ser acentuadas ou atenuadas ao longo dos anos por meio do acesso à educação. Nesse sentido é que se situa esta pesquisa: pudemos acompanhar, em períodos recentes, uma expansão sem precedentes de matrículas no Ensino Superior no Brasil, acompanhada de inúmeras iniciativas públicas que visavam diminuir as desigualdades de acesso baseadas nas características de origem social dos estudantes, culminando na Lei 12.711, que estabeleceu a obrigatoriedade da adoção de cotas nas universidades públicas federais.

No entanto, apesar das diferentes políticas de ação afirmativa, autores indicam que, no caso brasileiro, a tendência da desigualdade não é de diminuição, mas sim de ampliação dos efeitos da origem social sobre a chance de entrada no Ensino Superior – tendência essa que se mantém ao longo das décadas, apesar dos diferentes contextos nacionais. Tanto a origem, quanto a renda, acabam tendo efeito determinante nas chances de entrada das pessoas no Ensino Superior – e em períodos recentes, essa tendência parece ser ainda mais explícita: há um aumento nas vantagens associadas a pessoas provenientes dos estratos sociais predominantes (Marschner, 2017; Torche, 2010).

Tomando essas análises do acesso à educação superior no Brasil, o projeto tem como base teórica a agenda da estratificação educacional. Faço, a seguir, uma breve exposição desta agenda. Mare (1981) propõe que os efeitos das origens sociais sejam medidos a partir das decisões de continuidade da progressão escolar, no que ficou conhecido como modelo de transições educacionais. Isso significa dividir o sistema educacional em níveis de educação, e entender que a trajetória educacional de um indivíduo está pautada na chance dele completar um certo nível e adentrar o seguinte. Dessa formulação teórica, conhecida como modelo de transições, surge uma agenda de pesquisa – de estudos de estratificação vertical – que tem como principal objetivo evidenciar como a origem social pode afetar as chances de progressão educacional por nível, e, dessa forma, entender como se estrutura a desigualdade educacional (Marschner, 2017).

Lucas (2001) tece uma crítica a abordagem do modelo de transições: a ideia de que a escolha de acesso a um nível educacional seguinte está fixada a uma resposta binária (progredir ou não progredir) é insuficiente para explicar o cenário educacional como um todo. O autor defende que, muito mais do que uma resposta binária, essa escolha também é diferenciada qualitativamente. Não é o caso de negar a hipótese das transições educacionais, mas compreender que essas transições não são únicas, e apresentam diferenças qualitativas muito importantes para o entendimento da desigualdade educacional. Assim, a premissa básica dos estudos dessa abordagem é a de que a progressão não é linear simplesmente, justamente porque o sistema educacional se divide em caminhos alternativos em que os indivíduos, diferenciados por suas origens sociais e trajetórias individuais, podem efetivamente estar submetidos a diferentes probabilidades de progressão (Mont’Alvão, 2016).

Dessa maneira, essa pesquisa parte de uma abordagem de modelos de transições para a apreensão da realidade empírica, mas acrescentando a noção da estratificação horizontal de que não basta o acesso – mas quais as condições que o permeiam: o curso, o turno, a modalidade de ingresso, entre outros. Fundamentando nossa análise na abordagem dos estudos de estratificação educacional, estamos interessados em problematizar a questão do acesso à educação enquanto um problema que permeia a associação entre origens sociais e destinos educacionais.

Propomos uma análise empírica que contempla o estudo comparado sobre os padrões de estratificação educacional (como raça, classe e gênero) observados no processo seletivo da FUVEST ao longo dos anos. O objetivo final do projeto é investigar como as iniciativas públicas recentes de tornar o acesso menos desigual no ensino superior brasileiro de fato operam – se amenizam ou não a associação entre origem social e destino educacional – a partir do estudo de caso.

2. Dados, sistematização e metodologia

Para atingir o objetivo principal desta pesquisa, foram realizadas atividades que se dividem em dois eixos principais de investigação. O primeiro se inicia na análise documental de material referente aos vestibulares da FUVEST, entre 2006 e 2023, em específico dos “Manuais do Candidato” anuais, de forma a documentar e estabelecer uma cronologia das políticas de democratização de acesso implementadas pela universidade, através da investigação das mudanças nos critérios de seleção de estudantes expressos nestes documentos; ainda, foi realizada a sistematização da informação sobre competitividade (por carreira e modalidade de ingresso) de maneira a documentar o processo de diferenciação

institucional pelo qual passou a universidade no período – que se expressa na diversificação da oferta de vagas em termos de cursos e carreiras, expansão de vagas, diversificação da oferta de períodos, entre outras transformações organizacionais referentes ao processo de seleção de ingressantes – e sua interação com a dinâmica sociodemográfica que estrutura o contingente populacional de candidaturas de ingresso à USP no período, expressa em indicadores como a relação candidatos por vaga.

O segundo eixo implicou a organização e análise de informações socioeconômicas referentes a candidaturas e aprovações no processo seletivo da FUVEST. Este eixo de investigação tem foco sobre dados provenientes dos questionários socioeconômicos aplicados pela FUVEST no ato de inscrição no processo seletivo do vestibular. Aqui, o interesse é investigar a maneira como características de origem social associam-se às chances de aprovação no processo, em especial considerando-se o conjunto abrangente de políticas de democratização do acesso desenvolvido pela universidade entre 2007 e 2023, período em que se deram as iniciativas de inclusão no vestibular. O conjunto das atividades de pesquisa desta frente envolveu a obtenção dos dados junto à FUVEST, a organização destes dados de forma a torná-los comparáveis no tempo (as bases de microdados são anuais), a descrição das populações de candidaturas nos anos e a estimação de modelos de análise das probabilidades de aprovação de acordo com características socioeconômicas dos indivíduos. Buscamos organizar comparações entre a forma como esta associação (entre origem social e chances de aprovação) varia entre anos, entre cursos, entre campus, entre modalidades de ingresso, e outras categorias analíticas relevantes recorrentes na literatura que debate expansão, diversificação e diferenciação institucional no ensino superior, que nos permitam avaliar como as reformas nos mecanismos de acesso promoveram transformações na estrutura de oportunidades educacionais de estudantes de diferentes segmentos sociais que se candidatam.

As atividades desenvolvidas nos dois eixos principais de investigação nos permitiram avançar solidamente (1) no estabelecimento de uma reconstituição histórica da sucessão de políticas de democratização implementadas pela USP desde 2006; (2) na sistematização de dados históricos sobre a oferta de cursos e da sua organização em carreiras no processo seletivo da USP; (3) em uma caracterização da população que se candidata e da população aprovada nos processos seletivos da FUVEST, no desenho e implementação de testes de hipótese sobre a associação entre origens sociais e destinos educacionais no processo seletivo da FUVEST considerando as reformas ocorridas desde 2007.

3. Resultados

Nesta etapa, apresentamos alguns dos principais resultados obtidos até aqui com a pesquisa, que ainda está em andamento.

3.1 Histórico de políticas de democratização no vestibular da FUVEST

Como mencionado, a investigação documental tem como fontes primárias os “Manuais do Candidato”, disponibilizados no acervo da FUVEST³, nos quais constam informações sobre os critérios de seleção do vestibular (incluindo mecanismos referentes às políticas de democratização) e informações sobre a estrutura de oferta de cursos e a competitividade das carreiras no processo seletivo.

A primeira iniciativa de democratização de acesso implementada pela USP está registrada no Manual de 2007, o que significa que, durante o ano de 2006, passaram a ser aplicadas medidas no vestibular que fossem capazes de cumprir (ou caminhar em direção a) esse objetivo. Dessa forma, no Manual do Candidato da Fuvest de 2007⁴, é introduzido o INCLUSP – Programa de Inclusão Social da USP.

O INCLUSP foi criado, em 2006, e abriu uma série de iniciativas para ampliar o acesso e a permanência de estudantes de escola pública na USP, o que inclui a etapa do vestibular. Assim, alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas teriam direito ao Sistema de Pontuação Acrescida, que aplicaria um fator de acréscimo de 3% nas suas notas da primeira e segunda fases do vestibular dos alunos que, na ficha de inscrição, optassem por participar do programa. Esses alunos também podiam solicitar a isenção da taxa do vestibular. O programa não teve alteração nenhuma no ano seguinte.

Para a Fuvest 2009, incluiu-se o Programa de Avaliação Seriada da Universidade de São Paulo – PASUSP, que era uma das ações do Includsp. Ele consistia, nos anos iniciais do programa, em uma prova separada (além da primeira fase do vestibular): os alunos se inscreviam, realizavam a prova e, a depender do seu desempenho, poderiam ganhar um acréscimo percentual no cálculo da nota final das duas fases da Fuvest (Governo de São Paulo, 2009; Universidade de São Paulo, 2013). Ainda, em 2009, o ENEM foi utilizado como fator para mais uma bonificação na nota dos alunos. Portanto, em 2009 e em 2010, os alunos que haviam cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas poderiam somar até 12% de bônus: 3% de bônus pelo INCLUSP, até 6% de bônus a depender do desempenho no

³ Disponível em <https://acervo.fuvest.br/>.

⁴ Disponibilizado em 2006 para o ingresso em 2007. O ano do vestibular estipulado no Manual do Candidato – e em todos os documentos do Acervo Fuvest – dizem respeito ao ano de entrada dos candidatos, que seria o ano seguinte ao da realização da prova do vestibular.

ENEM de candidatos que tivesse prestado no ano do vestibular ou no anterior e até mais 3% de bônus para os candidatos inscritos no PASUSP (dependendo do desempenho na prova). A partir da Fuvest 2011, por vários anos, o ENEM deixou de ser utilizado como sistema de acréscimo de nota.

No ano de 2011, para a Fuvest 2012, começaram a surgir algumas mudanças na bonificação. O Sistema de Pontuação Acrescida deixou de disponibilizar um bônus fixo – ele variava conforme o desempenho do candidato na primeira fase do vestibular; assim, todos os alunos que haviam cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública poderiam receber até 8% de bônus. O PASUSP mudou drasticamente: poderiam se inscrever no programa somente os alunos de 3º ano do Ensino Médio que tivessem cursado integralmente o Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas públicas; além disso, o bônus PASUSP não era mais condicionado a uma outra prova, mas sim, também como o Sistema de Pontuação Acrescida, ao desempenho do candidato da primeira fase do vestibular – podendo chegar até 15%. Essa mudança parece ter sido também na direção de inclusão: a bonificação se torna potencialmente maior para alunos que passaram toda a sua trajetória escolar no ensino público.

A partir da Fuvest 2013, mais um sistema de acréscimo foi incluído: candidatos inscritos no PASUSP, que haviam prestado o treineiro do vestibular no ano anterior, poderiam receber um bônus de até 5% a dependendo do seu desempenho na primeira fase do ano de treineiro. O valor dessas bonificações foi sendo alterado durante os anos, sempre no sentido de aumentar a possibilidade de acréscimo da nota.

Já no ano seguinte⁵, foram incluídas mais duas bonificações. Como o PASUSP estava restrito à alunos do Ensino Médio, criou-se um outro nível para bonificação no Sistema de Pontuação Acrescida: candidatos que não estavam inscritos no PASUSP, mas que tivessem passado por toda a sua trajetória educacional (Ensino Médio e Fundamental) em escolas públicas, também tinham direito a um bônus condicional, mesmo que não estivessem matriculados no 2º ou 3º ano do Ensino Médio; assim, os candidatos poderiam ter ou bônus INCLUSP ou bônus PASUSP. Ainda, foi incluído o bônus PPI - EB: para candidatos optantes pelo INCLUSP, que cursaram o Ensino Básico inteiro em escola pública e que se declaram participantes do grupo PPI (Pretos, Pardos e Indígenas), recebiam um bônus adicional de até 5% (esse, sim, cumulativo), de acordo com o seu desempenho na primeira fase do vestibular.

⁵ Fuvest 2014.

A partir da Fuvest 2015, todos os bônus que dependiam do desempenho dos alunos foram consolidados em um valor fixo, independente da nota na primeira fase, permanecendo inalterados até o vestibular de 2019: candidatos do INCLUSP que cursaram o Ensino Médio em escola pública, 12% de bonificação; candidatos do INCLUSP que cursaram todo o Ensino Básico em escola pública, 15% de bonificação; candidatos do PASUSP (alunos do Ensino Médio, que cursaram o Ensino Básico em escolas públicas), que estavam inscritos no PASUSP também no ano anterior: 20% de bonificação; e, finalmente, candidato do INCLUSP Ensino Básico ou PASUSP e se declarar pertencente ao grupo PPI, recebe um adicional de 5% de bonificação na nota.

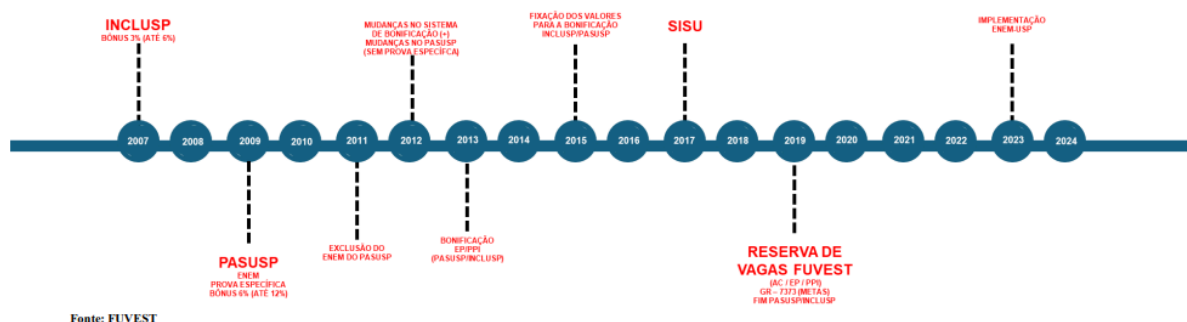
Ainda que o processo seletivo da FUVEST não tenha passado por mudanças nestes anos, o processo seletivo para USP em geral introduz uma inovação importante para o ingresso no ano de 2017. Neste ano a universidade adere ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação e introduz, pela primeira vez em sua história, um processo seletivo alternativo à FUVEST. Como sistema federal, o SISU tem a distribuição das vagas nele disponibilizadas regidas pela Lei 12.711/2012, conhecida como a “Lei de Cotas”, e que define parâmetros obrigatórios de distribuição e reserva de vagas de acordo com critérios raciais, socioeconômicos e escolares. Como a USP não faz parte do sistema federal de educação superior, não há obrigatoriedade de distribuição da totalidade das vagas nos termos da Lei 12.711/2012. Decidiu-se pela alocação de no máximo 30% das vagas em cada curso de graduação a serem distribuídas através do SISU, com autonomia para cada curso decidir o percentual de vagas e os critérios de admissão (como nota de corte e características socioeconômica) das candidaturas provenientes desta entrada. Houve, portanto, heterogeneidade na distribuição destas vagas entre cursos, dada a autonomia dos últimos em definir os critérios de elegibilidade, em um processo ainda pouco documentado cuja sistematização pode contribuir muito para o avanço do entendimento dos efeitos das políticas de democratização adotadas no período. De todo modo, estas reformas conduzidas no processo seletivo para 2017 (em 2016) introduzem pela primeira vez políticas de reserva de vagas no processo seletivo, ainda que restrita a um percentual reduzido do total de vagas. O ingresso pela FUVEST com o sistema de bonificação INCLUSP/PASUSP e o ingresso pelo SISU, regido pela Lei 12.711/2012, conviveram como mecanismos de acesso alternativos à USP, nos termos estabelecidos na seleção para ingresso em 2017, também para 2018.

Porém, a partir do vestibular de 2019, os programas de bonificação do INCLUSP foram descontinuados, considerando que a Fuvest abriu, na própria seleção, um sistema de reserva de vagas, definindo três modalidades de ingresso: Ampla Concorrência (AC) – vagas

sem qualquer exigência ou pré-requisito; Ação Afirmativa EP – destinadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas; Ação Afirmativa PPI – destinadas aos candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas. A porcentagem de vagas destinadas às Ações Afirmativas foi crescendo ao longo dos anos: 40% em 2019, 45% em 2020 e 50% de 2021 em diante.

Em um esforço de síntese da cronologia que a pesquisa documental pôde reconstruir a partir dos manuais de candidatos do vestibular da FUVEST apresentamos a Figura 1, uma linha do tempo com as principais iniciativas implementadas pela instituição em termos de políticas de democratização de acesso entre 2007 e 2023:

Figura 1 – Linha do tempo – cronologia das iniciativas de democratização do acesso no vestibular da USP – 2007-2023



3.2 Competitividade do vestibular

O segundo conjunto de atividades de pesquisa relativos à análise documental tem por objetivo estabelecer uma série histórica da oferta e da competitividade de cursos e carreiras para o período 2006-2023, de forma a (1) caracterizar o processo de expansão recente da universidade e (2) documentar a heterogeneidade da competitividade entre cursos e as mudanças observadas após a adoção da reserva de vagas nas tendências gerais de competitividade do vestibular da FUVEST. Procuramos assim caracterizar como a dinâmica de diferenciação institucional (e de mecanismos de acesso) se articula às tendências e dinâmicas da população que se candidata ao ingresso na universidade, resultando em configurações de estruturas de oportunidades sobre as quais testamos hipóteses a respeito da associação entre origens sociais e destinos educacionais e sua variação ao longo do tempo.

A fonte primária de informações aqui também é o acervo da FUVEST, mais especificamente as informações documentais sobre a relação candidatos por vaga para cada carreira e cada curso, que são anualmente disponibilizadas pela instituição. Estes documentos

apresentam para todos os anos desde 1996 o conjunto de cursos e carreiras ofertados naquele ano, o número de vagas oferecidas, o total de candidaturas e a relação candidatos/vaga em cada curso e em cada carreira. A partir de 2019, os documentos apresentam estas informações desagregadas por modalidade de ingresso (AC/EP/PPI). Isolando o caso dos cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, é possível demonstrar as possibilidades de análise que o conjunto de dados obtidos desta segunda etapa de análise documental podem proporcionar:

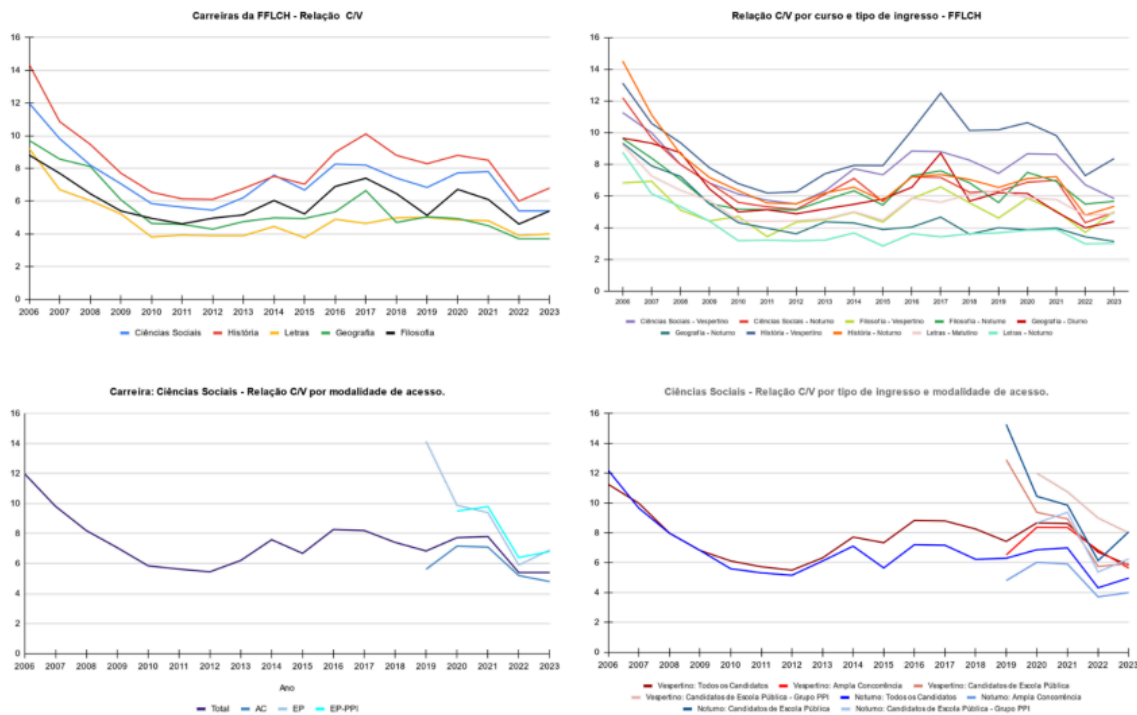
Tabela 1 – Relação de candidatos por vaga, por modalidade de acesso, carreira e ano.

		2019	2020	2021	2022	2023
	A.C.	5,62	7,16	7,1	5,2	4,8
	E.P.	14,14	9,88	9,4	5,9	6,9
	PPI	0	9,5	9,8	6,4	6,8
CIENCIAS SOCIAIS						
	A.C.	4,23	6,88	5,5	5	5,2
	E.P.	10,53	6,05	7,5	3,8	6
	PPI	0	6,5	7	3,5	5,6
FILOSOFIA						
	A.C.	5,12	5,51	3,7	3,9	3,5
	E.P.	0	0	6	3	4
	PPI	4,59	2,92	7,3	4	5,4
GEOGRAFIA						
	A.C.	6,73	7,91	7,4	5,7	6,1
	E.P.	17,67	12,03	11,7	7,2	8,7
	PPI	0	11,9	10	5,7	8,5
HISTÓRIA						
	A.C.	4,36	4,33	4,4	3,8	3,5
	E.P.	6,65	7,3	6,1	4,6	5,6
	PPI	6,67	5,32	5,4	2,9	3,9
LETRAS						

Fonte: FUVEST.

Ainda, com a formulação de bases de dados sobre os cursos e carreiras, foram desenvolvidas análises sobre a dinâmica da população que se candidata e a competitividade do processo seletivo da FUVEST e a seguir apresentamos, a título de ilustração, análises desenvolvidas pela equipe sobre a competitividade do processo seletivo para cursos e carreiras da FFLCH em geral, e para a carreira em ciências sociais, especificamente, com destaque para as diferenças observadas entre modalidades de ingresso, que passam a estruturar o processo seletivo a partir de 2019. Tais análises evidenciam o tipo de investigação que são possíveis de desenvolver a partir da estruturação das bases de dados resultantes deste esforço de pesquisa junto aos documentos do acervo da FUVEST.

Painel 1: Relação Candidatos por vaga – Cursos e Carreiras (FFLCH) e carreira em Ciências Sociais (por modalidade de ingresso) – 2006-2023



Fonte: FUVEST.

Tratam-se de explorações preliminares do conjunto de informações compilado e sistematizado, mas sinalizam alguns achados interessantes sobre a dinâmica da competitividade entre carreiras e cursos, ao analisarmos o caso da FFLCH. Em primeiro lugar permite identificar uma tendência decrescente da competitividade por vagas desde 2006, atingindo os patamares mais baixos da série entre 2010 e 2013, com certo crescimento a partir de 2014 até 2017 e estabilização a partir de então, em patamares abaixo daqueles observados no início do período. Outro achado desta exploração são as diferenças observadas (aqui, para o caso da carreira e dos cursos em ciências sociais) da competitividade entre as modalidades de ingresso. Os resultados mostram que nesse caso o número de candidaturas por vaga é mais alto entre as pessoas que concorrem nas modalidades EP e PPI.

3.3 Organização e análise de informações socioeconômicas referentes a candidaturas e aprovações no vestibular da FUVEST

Neste segundo eixo da pesquisa, a fonte primária de informações são as bases de dados provenientes dos questionários socioeconômicos aplicados às pessoas que se candidatam ao vestibular da FUVEST, no ato da inscrição. Trata-se de um instrumento que

levanta características socioeconômicas e educacionais de candidatos e candidatas em todos os anos do vestibular. Não são informações públicas, portanto dependemos, neste primeiro ciclo da pesquisa, de negociações junto à FUVEST e à Pro-Reitoria de graduação da USP (PRG-USP) para termos acesso aos dados. Nos foram cedidas as informações referentes ao período 2019-2023, em formato de microdados, o que restringiu nossas análises a este período, imediatamente subsequente à implementação das principais reformas nos mecanismos de acesso, mas no qual não há grandes transformações nestes mecanismos. Mesmo tendo de lidar com esta limitação em relação ao escopo temporal, a análise dos dados nos permitiu estabelecer uma interpretação sólida sobre o processo seletivo do vestibular da FUVEST nestes anos, bem como possibilitou a realização de um conjunto relevante e significativo de análises testando hipóteses sobre a relação entre origem social, desempenho e destinos educacionais das pessoas que se candidatam ao processo, evidenciando a heterogeneidade na forma com que barreiras de seletividade social se impõe entre as diferentes carreiras, cursos, campus, enfim, os diversos caminhos possíveis de ingresso na universidade e, assim, evidenciar a maneira como mudanças nas políticas de ingresso promoveram transformações na estrutura de oportunidades de acesso.

Apresentamos, em seguida, uma descrição das populações de pessoas que se candidatam e de pessoas aprovadas no processo seletivo, ressaltando diferenças socioeconômicas em termos de suas características gerais e os resultados inferenciais baseados na estimação de um modelo de análise das probabilidades de aprovação – segmentados por características de interesse – dadas características socioeconômicas e de desempenho no processo seletivo. Com isso pretendemos estabelecer evidências a respeito da estrutura de oportunidades de acesso e da heterogeneidade que a caracteriza, bem como evidenciar transformações nos parâmetros de acessibilidade dadas características de origem social de estudantes, ao longo do tempo.

3. 3. 1 Análises descritivas

O vestibular da FUVEST é um dos maiores vestibulares do país. No período que analisamos (2019-2023), foram ao todo 492.795 candidaturas nas quais as pessoas compareceram às provas. A tabela 2 mostra a distribuição destes casos por ano, além da população de pessoas aprovadas, a razão candidaturas por vaga e a probabilidade média de aprovação:

Tabela 2 – Total de candidaturas e de aprovações, razão candidaturas/vaga e probabilidade média de aprovação – 2019 a 2023

	CAND.	APRO.	RAZÃO	Prob.
2019	106545	8352	12,76	0,078
2020	107531	8301	12,95	0,077
2021	103699	8113	12,78	0,078
2022	85613	7776	11,01	0,091
2023	89407	8055	11,10	0,090
TOTAL	492795	40597	12,14	0,082

Fonte: FUVEST

O número de candidaturas vem diminuindo entre os anos, com o menor número observado em 2022, e há uma pequena variação no número de pessoas aprovadas. A relação candidaturas/vaga varia entre 11 e 12 no período, com uma probabilidade média de aprovação de 8,2% no período como um todo, crescentes ao longo do tempo. A tabela 3 desdobra estes resultados entre as áreas de conhecimento estabelecidas no processo, que classificam os cursos e as carreiras:

Tabela 3 - Total de candidaturas, aprovações e razão candidaturas/vaga, por área – 2019 a 2023

	BIOLÓGICAS			EXATAS			HUMANAS		
	CAND.	APRO.	RAZÃO	CAND.	APRO.	RAZÃO	CAND.	APRO.	RAZÃO
2019	47223	1946	24,27	22314	3012	7,41	37008	3394	10,90
2020	47852	1914	25,00	22431	2971	7,55	37248	3416	10,90
2021	48886	1881	25,99	20022	2857	7,01	34791	3375	10,31
2022	40198	1839	21,86	16854	2753	6,12	28561	3184	8,97
2023	39945	1879	21,26	18431	2792	6,60	31031	3384	9,17
TOTAL	224104	9459	23,69	100052	14385	6,96	168639	16753	10,07

Fonte: FUVEST

As carreiras da área de biológicas são as que contam com o maior número de candidaturas e o menor número de vagas, resultando em uma relação candidatos/vaga significativamente mais alta do que em exatas ou humanas. As carreiras em ciências humanas congregam o segundo maior conjunto de candidaturas, seguidas pelas exatas, o que é observado em todos os anos do período analisado. Assim como nos dados agregados do processo como um todo, observa-se uma pequena diminuição na quantidade de candidaturas entre 2019-2021, uma queda mais acentuada em 2022 e uma certa recuperação neste volume em 2023.

Considerando que nosso objetivo é investigar a relação entre origem social e resultado no processo seletivo, elencamos um conjunto de características de interesse das populações

de candidato/as e de candidato/as aprovados/as, de forma a poder explicitar o perfil socioeconômico destas populações e suas diferenças. Selecionamos sete características de interesse: sexo (feminino), raça (pretos/pardos), renda per capita domiciliar (na forma do logaritmo natural da renda), ter algum responsável com educação superior, exercício de atividades de trabalho regulares (em jornadas de mais de 40 horas), egresso/a do ensino médio público e total de acertos na 1ª fase do vestibular (escala numérica de 0 a 90), as mesmas utilizadas na seção de análises inferenciais. A tabela mostra o conjunto destes resultados descritivos para o total de candidaturas no período analisado, e por área:

Tabela 4 – Estatísticas descritivas – candidaturas e aprovações, total e por área

	TOTAL		BIOLÓGICAS		EXATAS		HUMANAS	
	CAND.	APRO.	CAND.	APRO.	CAND.	APRO.	CAND.	APRO.
sexo feminino	0,57	0,45	0,70	0,61	0,27	0,27	0,58	0,50
preto (pretos+pardos)	0,21	0,22	0,21	0,21	0,20	0,23	0,22	0,21
RPC	7,64	7,82	7,60	7,73	7,69	7,79	7,67	7,88
Escolarização superior responsável	0,64	0,68	0,63	0,68	0,66	0,69	0,63	0,67
trabalho regular (+ 40h)	0,10	0,14	0,07	0,08	0,09	0,10	0,14	0,22
EM público	0,33	0,39	0,32	0,38	0,32	0,43	0,34	0,36
Acertos na 1ª Fase	46,46	59,28	47,08	59,30	48,64	61,33	44,36	57,54
N	492795	40597	224104	9459	100052	14385	168639	16753

Fonte: FUVEST

A descrição revela diferenças importantes entre candidatos e aprovados. Em primeiro lugar, mulheres são maioria entre candidaturas (57%), mas minoria entre aprovações (45%), o que é verdadeiro para todas as áreas, à exceção das exatas. Elas são particularmente prevalentes entre as candidaturas na área de biológicas (70%) e representam pouco mais de ¼ das candidaturas nas exatas. Em termos de raça, há um equilíbrio na proporção de pretos e pardos entre candidaturas e aprovações – o que sugere que não há sub-representação de pretos e pardos entre aprovados em relação a candidatos - ainda que a proporção ultrapasse pouco mais de 20% em todas as áreas. A renda per capita é sempre mais alta entre aprovações e os candidatos aprovados nas áreas de humanas são aqueles com o mais alto nível médio de renda.

Em termos de escolarização da família de origem, o nível superior é sempre mais comum entre as pessoas aprovadas, em todas as áreas (com pouca variação entre elas), mas nota-se como 64% do total das pessoas que se candidatam tem algum responsável com educação superior. Uma minoria de pessoas que exercem atividades regulares de trabalho compõem a população de candidatos (10%) com uma proporção mais alta na população de pessoas aprovadas (14%), o que se observa para todas as áreas. Nas áreas de humanas essa proporção é mais alta, chegando a 22% do total de aprovados, e mais baixa nas áreas de

biológicas e exatas, chegando a no máximo 10% (entre aprovados em exatas). A proporção de estudantes egressos do setor público entre candidaturas (33%) é mais baixa do que a proporção entre aprovações (39%), o que sugere sobre representação de estudantes com esta característica entre a população de aprovados. Esta diferença é mais alta na área de exatas (32% entre inscritos e 43% entre aprovados) e mais baixa na área de humanas (34 e 36%, respectivamente). Por fim, a proficiência medida pela prova da 1ª fase, como era de se esperar, é sempre mais alta entre aprovados, sendo a diferença mais significativa a observada na área de exatas. Estes resultados gerais dizem respeito a todo o conjunto de pessoas constantes nas bases de dados do período 2019-2023 e nos ajudam a entender o perfil das populações e suas diferenças.

3. 3. 2 Análise inferencial a partir dos dados do questionário socioeconômico da FUVEST

A equipe de pesquisa estruturou a análise inferencial no entorno da estimação de um modelo básico de regressão logística, com a aprovação no processo seletivo como variável dependente, e a seguinte forma funcional:

$$\text{logit}(P(Y = 1)) = \ln(P(Y = 1) / (1 - P(Y = 1))) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n$$

Onde:

- . $P(Y=1)$ é a probabilidade de aprovação no processo seletivo da FUVEST.
- . $\ln(P(Y = 1) / (1 - P(Y = 1)))$ é a função logit;
- . β_0 é o intercepto do modelo.
- . $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ são os coeficientes de regressão para as variáveis X_1, X_2, \dots, X_n .

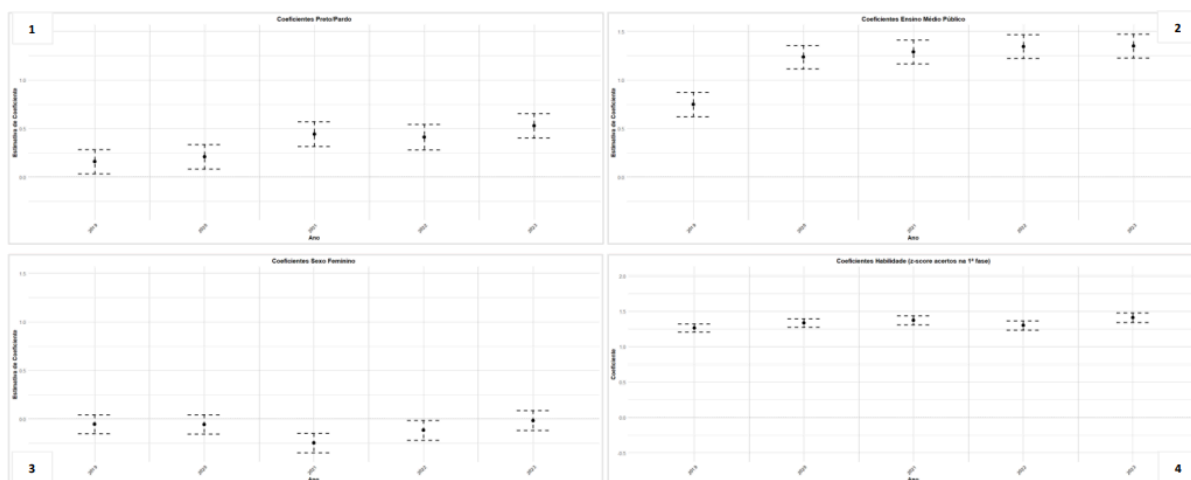
As variáveis independentes são:

- . X_1 – sexo (feminino = 1)
- . X_2 – raça (preto, pardo, indígena = 1)
- . X_3 – educação superior na família (algun responsável com ES = 1)
- . X_4 – renda per capita familiar (logaritmo natural da renda familiar per capita)
- . X_5 – ensino médio público (egresso do ensino médio = 1)
- . X_6 – exerce atividades de trabalho regular (trabalho regular (+ de 40 horas) = 1)
- . X_7 – proficiência (nº de acertos na 1ª fase do vestibular (em formato de z-score))

Estimamos esse modelo básico para diferentes subgrupos no universo de interesse recoberto pelos dados. Foram incorporados às estimações 492.795 casos para os quais havia informação válida para todas as variáveis de interesse (99,5% do total de casos constantes nas bases de dados originais)⁶. Em primeiro lugar estimamos dentro de cada ano, e a partir daí, por outras categorizações de interesse (aqui documentadas informações sobre a totalidade do processo seletivo nos anos, por grandes áreas, e modalidades de ingresso), estimando sempre o modelo dentro de cada subgrupo de ano e categoria analítica. Aqui, apresentaremos alguns resultados que variam em termos de suas categorias de interesse (e, portanto, em termos da organização das estimações) de maneira a ilustrar de forma mais abrangente as possibilidades analíticas que os dados oferecem.

A primeira análise que apresentamos documenta os coeficientes observados para algumas variáveis independentes de interesse. O painel 2 abaixo apresenta os resultados para as variáveis raça, ensino médio, sexo e proficiência, estimados separadamente por ano, com a delimitação dos intervalos de confiança das estimativas:

Painel 2 – Coeficientes estimados para as variáveis raça (1), ensino médio público (2), sexo (3) e proficiência (4), por ano – 2019-2023



Fonte: FUVEST

Coeficientes crescentes nos gráficos do painel sugerem características crescentemente associadas à aprovação no concurso vestibular. Este é o caso de três variáveis analisadas, em todos os anos: raça, ensino médio público e proficiência. No caso do sexo (gráfico 3 no painel), os intervalos de confiança dos coeficientes passam pelo valor 0 em 2019, 2020 e 2023, sugerindo que esta não é, para estes anos, uma característica significativamente

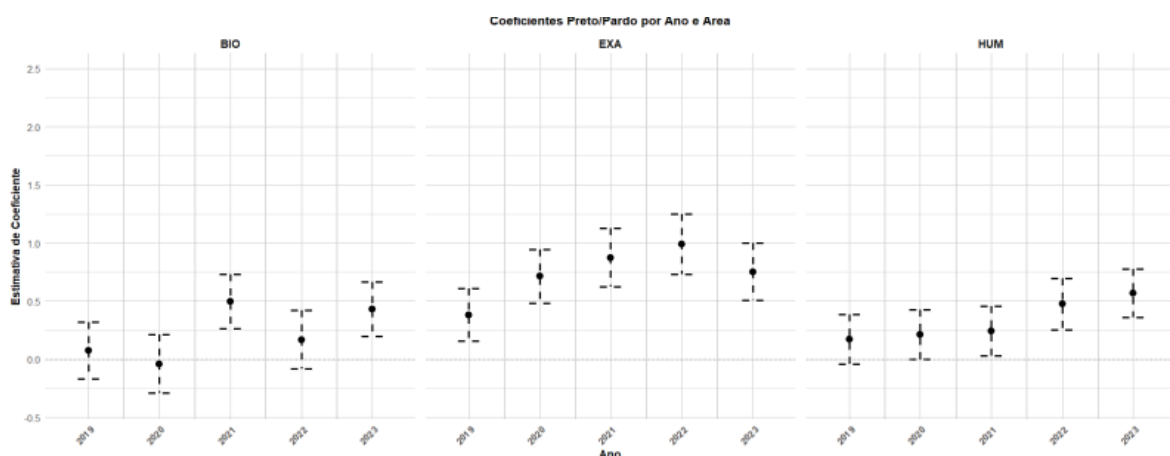
⁶ Excluídos os “treineiros”.

associada à aprovação. Em 2021 e 2022 eles estão abaixo de 0, indicando que mulheres tiveram, nestes anos, significativamente menos chances de aprovação do que homens. O gráfico 1 no painel apresenta as estimativas de coeficiente para a raça (preto / pardo / indígena = 1), evidenciando como, para todos os anos, é uma variável associada positivamente à aprovação, ao mesmo tempo em que evidencia e mostra uma tendência de crescimento nesta associação ao longo dos anos.

Tendência similar, mas de maior intensidade, é observada para a variável ensino médio público (gráfico 2 no painel). Para esta variável, a estimativa de coeficiente é mais alta do que no caso da raça e apresenta tendência de crescimento na associação com a aprovação ainda mais acentuada no período. Podemos afirmar que as chances de aprovação de egressos do setor público, que no início do período já eram significativamente maiores se comparadas a egressos do setor privado, se tornam ainda mais pronunciadas no período analisado entre 2019 e 2023. Por fim o gráfico 4 no painel mostra os resultados para a variável de proficiência, em formato de desvios-padrão e evidencia que a associação entre pontuação na primeira fase e aprovação é estatisticamente significativa e tem sido constante ao longo dos anos analisados.

Estes resultados sugerem as tendências gerais observadas para estas características. As associações observadas para a população total de um ano, no entanto, podem ser muito distintas a depender da área de conhecimento que se leva em consideração. De forma a investigar esta heterogeneidade, estimamos o modelo em subgrupos de área, dentro de cada ano. O painel 3 a seguir apresenta os coeficientes estimados para a variável raça, por ano e por área de conhecimento:

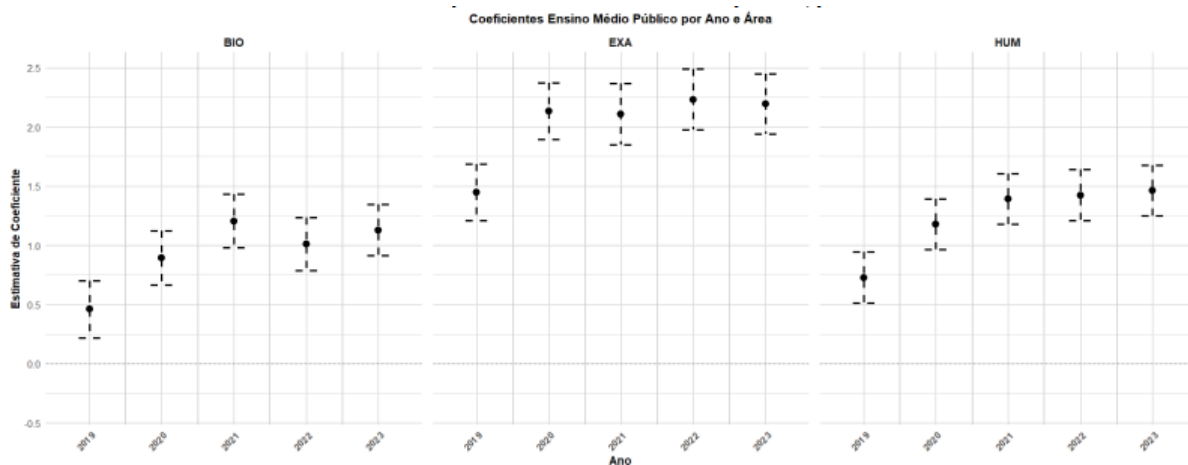
Painel 3 – Coeficientes estimados para a variável raça, por ano e área – 2019-2023



Fonte: FUVEST

Os resultados mostram que de fato a associação entre raça e aprovação apresenta-se de maneira diferente dependendo da área em que a pessoa escolheu se candidatar. Na área de exatas a associação é inequívoca, com pessoas pretas e pardas apresentando significativamente mais chances de aprovação em todos os anos, com estimativas crescentes entre 2019 e 2022. Em humanas os coeficientes são significativos de 2021 em diante, mas não em 2019 e 2020, anos nos quais os coeficientes estimados estão próximos da significância, mas não podem ser considerados diferentes de 0. Para a área de biológicas as evidências de associação são menos robustas – significativas em 2021 e 2023 mas não para os demais anos. O painel 4 apresenta os resultados para a variável ensino médio público:

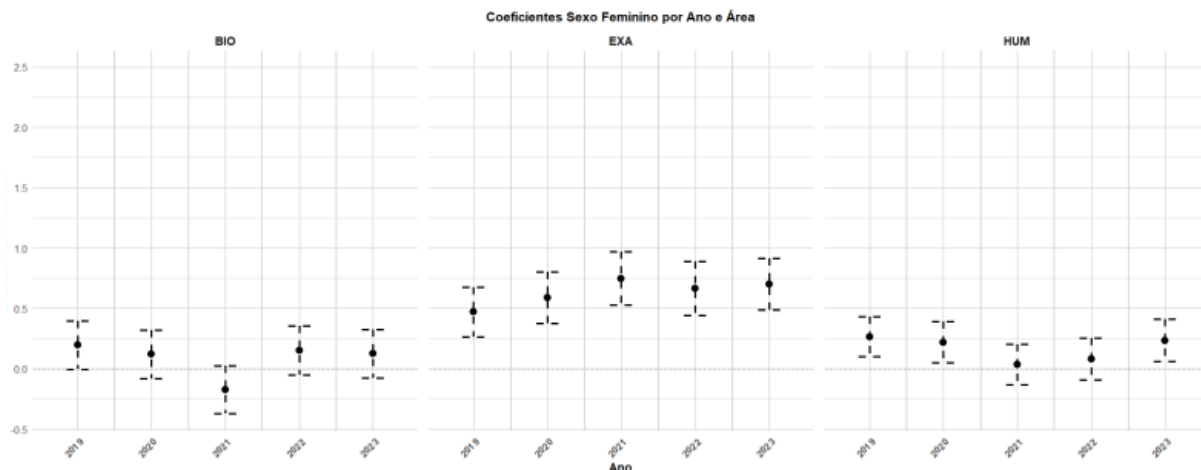
Painel 4 – Coeficientes estimados para a variável ensino médio público, por ano e área – 2019-2023



Fonte: FUVEST

No caso da variável ensino médio público os resultados são significativos para todos os anos e todas as áreas, sendo que as estimativas de coeficientes são particularmente altas para esta variável e apresentam uma tendência de crescimento, em especial na passagem de 2019 para 2020. Na área de exatas, a associação é ainda mais intensa, em patamares que encontram-se acima das demais áreas, mesmo se considerarmos os intervalos de confiança. De todo modo, nos parece que os resultados estabelecem de maneira sólida que o período 2019-2023 é um período no qual estudantes egressos do setor público tem significativamente mais chances de ingresso na USP pelo vestibular FUVEST, controlando por características socioeconômicas, por origem social e por proficiência. O painel 5 abaixo apresenta os resultados das estimações para a variável sexo feminino:

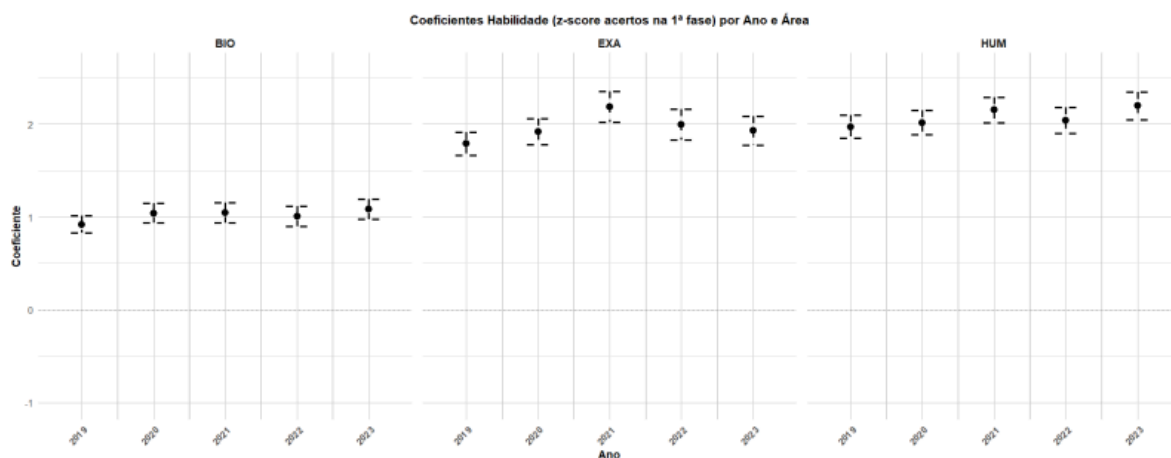
Painel 5 – Coeficientes estimados para a variável sexo feminino, por ano e área – 2019-2023



Fonte: FUVEST

A variável sexo feminino evidencia de maneira mais clara a forma como a associação entre aprovação e variável de interesse pode variar a depender do contexto institucional considerado. Nas biológicas, a área na qual há a maior prevalência de candidaturas femininas, não é observável em nenhum dos anos associação estatisticamente significativa com a aprovação. No caso das humanas os coeficientes não são muito altos, mas são significativos para três dos cinco anos (2019, 2020 e 2023). Já no caso das exatas, os resultados das estimativas de coeficientes evidenciam associação significativa em todos os anos, indicando que candidaturas femininas tem mais chances de aprovação nas carreiras desta área se comparadas aos homens, controlando pelas demais variáveis incluídas na estimação. Por fim, o painel 6 apresenta os coeficientes estimados para a variável de proficiência:

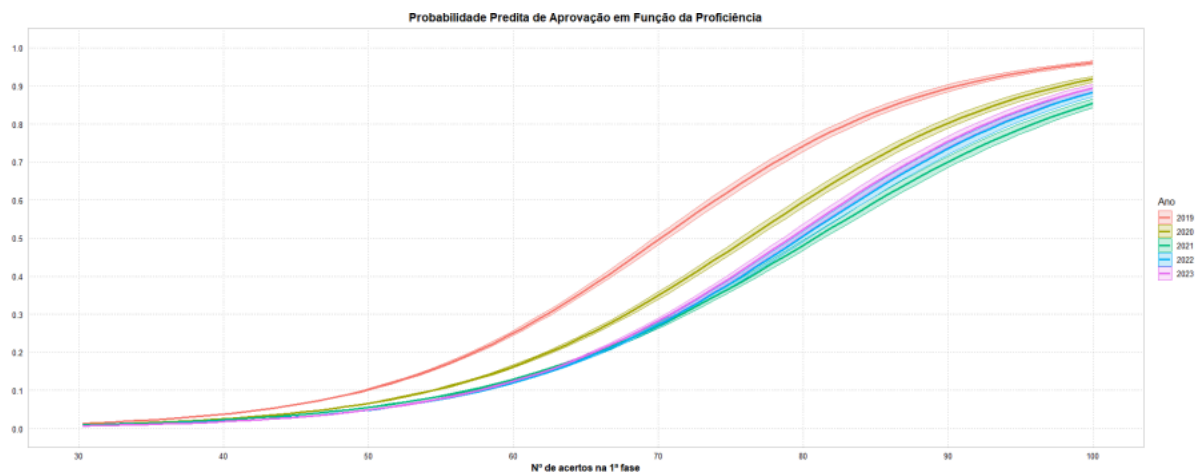
Painel 6 – Coeficientes estimados para a variável proficiência, por ano e área – 2019-2023



Fonte: FUVEST

Como era de se esperar, a proficiência é um fator significativamente associado com as chances de aprovação. No entanto, a intensidade desta associação varia bastante entre áreas. Em biológicas – a área na qual observamos o maior contingente de candidaturas e a maior competitividade em termos de candidaturas por vaga – a associação entre proficiência e aprovação é a mais baixa. Em exatas e humanas observamos comportamento mais parecido desta variável. Ressalta-se a estabilidade dos coeficientes observados para todas as áreas, que demonstram que a associação entre proficiência e aprovação não mudou ao longo do tempo, sugerindo que a dependência da nota para a aprovação se manteve em patamares similares no período analisado. Buscando compreender melhor a relação entre a proficiência e as chances de aprovação estimadas pelo modelo, apresentamos as probabilidades previstas em função da proficiência no gráfico 1, com resultados estimados por ano, para o total da população:

Gráfico 1 – Probabilidades previstas de aprovação por níveis de proficiência – 2019-2023



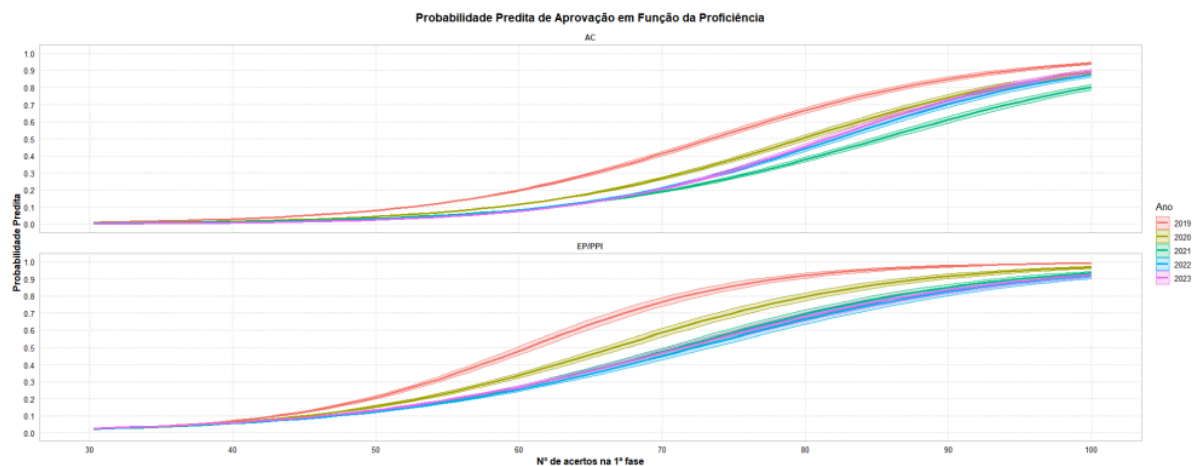
Fonte: FUVEST

Os resultados apresentados neste gráfico favorecem a comparação temporal e mostram como as probabilidades de aprovação eram mais dependentes – ou estavam mais positivamente associadas - à proficiência em 2019 e em 2020. A título de ilustração, uma pessoa que tenha obtido 70 pontos na 1ª fase tinha aproximadamente 50% de chances de aprovação em 2019, 35% de chances em 2020 e entre 25 e 30% de chances em 2021, 2022 e 2023. Em 2021, 2022 e 2023, os intervalos de confiança das estimativas não nos permitem dizer que haviam diferenças significativas na maneira como estavam associadas proficiência e probabilidades previstas nestes anos. De todo modo, considerando a relação – estabelecida na literatura – entre origens sociais e resultados educacionais relacionados à proficiência,

uma diminuição na dependência deste tipo de variável sobre um resultado educacional de interesse pode significar processos de equalização de oportunidades.

Por fim, a relação entre proficiência e chances de aprovação pode ser mais explorada. Principalmente se temos em vista que o ano de 2019 demarca reformas muito relevantes no vestibular da FUVEST, com a introdução da reserva de vagas por ações afirmativas (modalidades EP e PPI). Tal reserva reestruturou os termos da competição pelas vagas uma vez que, adicionalmente a se dar no nível das carreiras e cursos, ela passa a ser estratificada também, dentro dos cursos, por modalidades de ingresso – assim, candidatos e candidatas concorrem exclusivamente com pessoas que fizeram a mesma opção de curso, na mesma modalidade de ingresso. Com isso, introduz-se uma nova camada de estratificação à competição, o que, pelo desenho da iniciativa, deve diminuir barreiras de acesso aos segmentos sociais delimitados. A fim de sustentar considerações sobre isso, o painel 7 desdobra novamente o gráfico 1, desta vez comparando as probabilidades preditas em função da proficiência entre modalidades diferentes de ingresso (AC e EP/PPI) a partir de resultados estimados por ano, dentro de cada modalidade de ingresso:

Painel 7 - Probabilidades preditas de aprovação por níveis de proficiência, por modalidades de ingresso (AC / EP-PPI) – 2019-2023



Fonte: FUVEST

A tendência geral de diminuição da associação entre proficiência e chances de aprovação ao longo do tempo é observável também entre as modalidades de ingresso, delimitado pela posição das curvas de probabilidade que mostra os anos iniciais do período acima dos anos finais. No entanto, novamente há diferenças significativas entre os grupos, mais pronunciadas em pontos intermediários da distribuição de proficiência. Uma pessoa

inscrita como AC no vestibular no período, que tenha obtido 60 pontos na 1ª fase tinha entre 10 e 20% de chances de aprovação; ao passo que uma pessoa com proficiência igual, inscrita nas modalidades EP ou PPI tinha entre 25 e 50% de chances. Alguém inscrito como AC, com 70 pontos, tinha entre 20 e 40% de chances, em comparação a 40 e 80% de chances se inscrito como EP/PPI. Nota-se, no entanto, como ao longo do tempo, as diferenças de chances entre AC e EP/PPI para níveis similares de proficiência tenderam a diminuir, em especial nos patamares mais altos de proficiência. Estes resultados nos sugerem que a reserva de vagas efetivamente diminuiu barreiras de ingresso para estudantes EP/PPI, que tiveram chances maiores de aprovação em geral do que estudantes que concorreram como AC com os mesmos patamares de proficiência. Isto é particularmente verdadeiro para estudantes próximos aos níveis medianos da distribuição de proficiência.

4. Considerações Finais

A pesquisa pode proporcionar um estabelecimento de uma interpretação sustentada por análise documental a respeito da sucessão de políticas de democratização do acesso promovidas pela USP desde 2007; na organização de dados primários provenientes de pesquisa documental, com o objetivo de caracterizar o processo de expansão, diversificação e diferenciação da oferta de cursos e carreiras na universidade; e na sistematização e análise de dados que testaram hipóteses sobre as tendências de seletividade social no processo vestibular da FUVEST considerando o conjunto de reformas recentemente implementadas.

Os resultados aqui dispostos nos permitiram estabelecer uma linha evolutiva das políticas de democratização do acesso na universidade. Como resultado deste esforço de pesquisa, destaca-se a delimitação de alguns marcos de ordenação destas políticas, que pode ser sumariamente descrito em dois períodos principais: um primeiro período (2007-2016) em que estabeleceram-se políticas de bonificação no processo seletivo da FUVEST, crescentemente abrangentes em termos de público alvo e em termos de distribuição de bônus; e um segundo período (2017-2023) que prenuncia-se com o ingresso da USP no SISU (e portanto a implementação de reserva de vagas) e se estabelece com as reformas de 2018 (para ingresso em 2019) que define grupos prioritários para reserva de vagas no vestibular da FUVEST, fazendo com que todas as portas de entrada para a USP contem com reserva de vagas, além da definição de metas institucionais de ingresso de estudantes provenientes do setor público. O segundo eixo de pesquisa documental nos permitiu entender que estes processos de democratização também transformaram os princípios de organização da competição por vagas pelo vestibular da FUVEST, que desde então se efetivam não somente

no nível dos cursos mas também nas modalidades de ingresso dentro dos cursos. Isto vem tornando ainda mais heterogênea a competição por vagas no processo vestibular.

As análises quantitativas expostas neste paper – obtidas a partir das informações provenientes dos questionários socioeconômicos da FUVEST, organizados de forma a permitir comparações ao longo do tempo e no desenvolvimento de análises sobre a relação entre origens sociais e destinos educacionais no ingresso na USP pela FUVEST – nos permitem avançar bastante no conhecimento sobre o processo seletivo e os condicionantes da aprovação entre 2019 e 2023, período particularmente relevante no que tange à profundidade das reformas empreendidas nos critérios de acesso. A análise descritiva nos mostrou um processo seletivo de grande alcance, mas caracterizado por um decréscimo no volume de candidaturas. As análises inferenciais desenvolvidas oferecem mais robustez a evidências referentes às tendências de democratização, demonstrando como o período 2019-2023 é caracterizado por efetiva diminuição das barreiras de acesso – mais pronunciadas entre estudantes egressos do ensino público e menos entre estudantes pretos e pardos – que resultou em chances maiores de estudantes desses grupos serem aprovados na seleção.

Referências

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, C. A. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo social**, v. 31, n. 1, pp. 195-233, 2019.

Governo do Estado de São Paulo. Portal do Governo. **Alunos da rede pública podem receber bônus no vestibular da USP**. 2009. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/alunos-da-rede-publica-podem-receber-bonus-no-vestibular-da-usp-1/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

HASENBALG, C; SILVA, N. Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil. In: **ANPOCS (anais)**, 1998.

LUCAS, S. Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility and Social Background Effects. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 6, pp. 1642-1690, 2001.

MARE, R. D. Change and Stability in Educational Stratification. *American Sociological Review*, v. 46, n. 1, 1981.

MARSCHNER, M. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 163, pp. 224-263, 2017;

MONT'ALVÃO, A. A Dimensão Vertical e Horizontal da Estratificação Educacional. *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 1, p. 13-20, 2016;

SENKEVICS, A.; MELLO, U. M. O Perfil Discente das Universidades Federais Mudou Pós-Lei de Cotas? ***Cadernos de Pesquisa***, v. 49, n. 172, pp. 184-208, 2019.

SILVA, N. Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil. In: SILVA, N; HASENBALG, C. *Origens e Destinos*. São Paulo: Topbooks, pp. 105-146, 2003.

TORCHE, F. Economic crisis and inequality of educational opportunity in Latin America. *Sociology of Education*, v. 83, n. 2, p. 85-110, 2010.